



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 272087-0 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Agravante: Moto Honda da Amazônia Ltda.

Agravado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. PROCON. APLICAÇÃO DE MULTA. INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. De início, é cediço que, o Estado, por intermédio do Procon estadual, tem poderes para aplicar e cobrar as sanções administrativas definidas no código de Defesa do Consumidor. 2. Dessa forma, tão somente foi aplicada sanção administrativa legalmente prevista no exercício do poder de polícia, em consonância com os arts. 56 e 57 da Lei nº 8.078/90, que conferem legitimidade à autoridade administrativa, inclusive para lançar multas. 3. Ademais, não houve violação alguma ao contraditório, pois a empresa agravante foi comunicada de todo o andamento do feito administrativo, exercendo plenamente o seu direito de resposta às reclamações veiculadas contra si. 4. Nesse sentido, se à empresa agravante, na qualidade de reclamada, foi assegurado o efetivo exercício da ampla defesa, não há como concluir pela nulidade do processo administrativo por tal motivo. 5. Recurso de agravo improvido unanimemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo no agravo de instrumento nº 272087-0, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de Agravo no agravo de instrumento nº 272087-0 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Agravante: Moto Honda da Amazônia Ltda.

Agravado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento, confirmando a aplicação da multa administrativa arbitrada pelo Juízo de origem.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, aduzindo a nulidade do procedimento administrativo decorrente do fato de que foi condenada por uma decisão genérica e sem enquadramento legal e materialização da infração, por fim, pugna pela a suspensão da exigibilidade da multa.

Autos conclusos.

É o relatório.

Recife, 4 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabino Desembargador Ricardo Pires Barreto

**Recurso de Agravo no agravo de instrumento nº 272087-0 – Comarca de
Jaboatão dos Guararapes**
Agravante: Moto Honda da Amazônia Ltda.
Agravado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

VOTO

De início, faço ver que a irresignação recursal não merece guarida, senão vejamos.

Ora, é cediço que, o Estado, por intermédio do Procon estadual, tem poderes para aplicar e cobrar as sanções administrativas definidas no código de Defesa do Consumidor.

Dessa forma, tão somente foi aplicada sanção administrativa legalmente prevista no exercício do poder de polícia, em consonância com os arts. 56 e 57 da Lei nº 8.078/90, que conferem legitimidade à autoridade administrativa, inclusive para lançar multas.

Ademais, não houve violação alguma ao contraditório, pois a empresa agravante foi comunicada de todo o andamento do feito administrativo, exercendo plenamente o seu direito de resposta às reclamações veiculadas contra si.

Nesse sentido, se à empresa agravante, na qualidade de reclamada, foi assegurado o efetivo exercício da ampla defesa, não há como concluir pela nulidade do processo administrativo por tal motivo.

No sentido posto, precedente do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. PROCON. APLICAÇÃO DE MULTA. INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. 1. Hipótese em que o Tribunal de origem concluiu, com base na prova dos autos, pela legalidade e correção do processo administrativo que culminou em sanção à empresa por infração ao Código de Defesa do Consumidor. Com efeito, o acórdão recorrido assentou: 2. A análise da controvérsia depende de reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." 3. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal. 4. A ausência de semelhança fática entre os acórdãos confrontados não autoriza o conhecimento do apelo pela

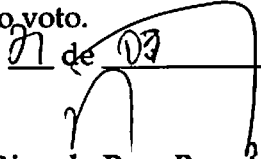
360
8

discordância jurisprudencial. 5. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 164.571/MS, T2, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 28/08/2012).

Diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso de agravo, não considerando vulnerado o dispositivo explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 27 de 07 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator